



AFS  
Nº 70022678809  
2007/CÍVEL

AÇÃO DIRETA  
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70022678809

COMARCA DE PORTO ALEGRE

PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT

PROPONENTE

MUNICIPIO DE BALNEARIO PINHAL

REQUERIDO

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
DE BALNEARIO PINHAL

REQUERIDO

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

INTERESSADO

## DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores – PT com o escopo de retirar da ordem jurídica do Município de Balneário Pinhal a Lei Municipal nº 718/2007, de 20 de novembro de 2007, que autoriza o Poder Executivo a celebrar parcelamento de dívida para com o Regime Próprio de Previdência Social e dá outras providências.

Segundo alega, a Lei, objeto da presente ADIn, afrontaria o artigo 154, inciso IV e § 5º, da Constituição Estadual, pois geraria vinculação de receita que, constitucionalmente, só poderia ser vinculada a débitos com a União, segundo artigo 167, § 4º, da Constituição Federal. Destaca que o projeto de lei não foi acompanhado do demonstrativo de impacto orçamentário-financeiro, afrontando a Lei nº 101/00, no seu artigo 1º.

Presentes os pressupostos, conheço da presente Ação Direta de Inconstitucionalidade.



AFS  
Nº 70022678809  
2007/CÍVEL

Defiro o pedido liminar para sobrestar a eficácia da lei atacada até o definitivo pronunciamento deste Órgão Especial, pois configurada, na espécie, a plausibilidade da argumentação do autor.

O dispositivo legal contestado ostenta vícios, porquanto gera vinculação de renda do Fundo de Participação do Município com previdência da própria municipalidade, vedado, em princípio, pelo artigo 154, inciso IV e § 5º, da Constituição Estadual.


Notifique-se da presente o Prefeito do Município de Balneário Pinhal e a Câmara Municipal de Vereadores de Balneário Pinhal para que prestem informações. Após, remetam-se os autos à Procuradoria-Geral do Estado.

Instruído o feito, remetam-se os autos ao Ministério Público para parecer.

Diligências legais.

Porto Alegre, 02 de abril de 2008.

**DES. ALZIR FELIPPE SCHMITZ,**  
**Relator.**

 <p>www.tj.rs.gov.br</p>	<p><i>Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:</i></p> <p>Signatário: ALZIR FELIPPE SCHMITZ Nº de Série do certificado: 73F6ED56737577F5 Data e hora da assinatura: 03/04/2008 17:19:21</p> <p><i>Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço <a href="http://www.tj.rs.gov.br/site_php/assinatura">http://www.tj.rs.gov.br/site_php/assinatura</a> e digite o seguinte número verificador: 700226788092008358959</i></p>
---	---